

**LIMITES DAS ONTOLOGIAS DA COMPETIÇÃO:
ECONOMIA E GEOPOLÍTICA À LUZ DA
CONTINUIDADE EVOLUTIVA**

**LÍMITES DE LAS ONTOLOGÍAS DE LA
COMPETENCIA:
ECONOMÍA Y GEOPOLÍTICA A LA LUZ DE LA
CONTINUIDAD EVOLUTIVA**

**LIMITS OF THE ONTOLOGIES OF COMPETITION:
ECONOMY AND GEOPOLITICS IN THE LIGHT OF
EVOLUTIONARY CONTINUITY**

Enviado: 21.09.25

Aceptado: 21.01.26

Hugo Vedovato

Doutorando em filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (Brasil).

Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo 2021/02162-4, pelo qual agradece à agência de fomento.

Email: hugovedovato@gmail.com

Limites das ontologias da competição

Hugo Vedovato

O artigo examina a persistente separação ontológica entre humanos e outros animais, mostrando-a como epistemologicamente insustentável e politicamente prejudicial. A partir de evidências comportamentais, cognitivas e culturais, argumenta-se que as fronteiras tradicionais – linguagem, moral, produção, racionalidade – são quantitativas, não qualitativas. Essa recusa em reconhecer continuidades sustenta tanto a exploração animal quanto serve de preparo de terreno para modelos econômicos e geopolíticos baseados na competição e na desconfiança. Contrapõem-se as visões realistas da política internacional à perspectiva cooperativa defendida por Sachs, articulando-as com teorias biológicas que evidenciam a centralidade da cooperação. Propõe-se, enfim, um sentido filosófico renovado de humanidade, fundado não na dominação, mas no reconhecimento da continuidade interespecífica e de suas implicações éticas e econômicas.

Palavras-chave: continuidade interespecífica, ontologias da competição, macroeconomia, geopolítica.

El artículo examina la persistente separación ontológica entre los seres humanos y los demás animales, mostrando que es epistemológicamente insostenible y políticamente perjudicial. A partir de evidencias conductuales, cognitivas y culturales, se argumenta que las fronteras tradicionales – lenguaje, moralidad, producción, racionalidad – son cuantitativas y no cualitativas. Esta negativa a reconocer continuidades sostiene tanto la explotación animal como prepara el terreno para modelos económicos y geopolíticos basados en la competencia y la desconfianza. Se contraponen las visiones realistas de la política internacional con la perspectiva cooperativa defendida por Sachs, articulándolas con teorías biológicas que evidencian la centralidad de la cooperación. Finalmente, se propone un sentido filosófico renovado de humanidad, fundado no en la dominación, sino en el reconocimiento de la continuidad interespecífica y sus implicaciones éticas y económicas.

Palabras clave: continuidad interespecífica, ontologías de la competencia, macroeconomía, geopolítica.

The article examines the persistent ontological separation between humans and other animals, showing it to be epistemologically unsustainable and politically harmful. Drawing on behavioral, cognitive, and cultural evidence, it argues that the traditional boundaries – language, morality, production, rationality – are quantitative rather than qualitative. This refusal to acknowledge continuities underpins both animal exploitation and the groundwork for economic and geopolitical models based on competition and distrust. Realist views of international politics are contrasted with the cooperative perspective advocated by Sachs, articulated alongside biological theories that highlight the centrality of

cooperation. The article ultimately proposes a renewed philosophical sense of humanity, grounded not in domination but in the recognition of interspecific continuity and its ethical and economic implications.

Keywords: interspecific continuity, ontologies of competition, macroeconomics, geopolitics.

1. Introdução – *Ad alia animalia*

Embora isso não seja universalmente reconhecido, o debate sobre antropomorfismo é essencialmente simétrico [...]. Ao mesmo tempo em que o antropomorfismo é rejeitado sob o argumento de que tende a superestimar a complexidade mental dos animais, não deveríamos estar igualmente preocupados com a possível subestimação das semelhanças entre humanos e animais, e com a possível subestimação da complexidade mental animal? Alternativamente, não poderia ser que rotineiramente superestimamos a complexidade mental humana? A falta de termos para descrever essas fontes específicas de imprecisão atesta o viés presente no debate até agora. Enquanto Lehman propõe ampliar o significado de “antropomorfismo” para abarcar esse tipo de erro, cunhei o termo antroponegação (*anthropodenial*) para designar a rejeição a priori de características compartilhadas entre humanos e animais quando, na verdade, elas podem existir. Antroponegação é uma cegueira diante das características semelhantes às humanas presentes nos animais, ou das características semelhantes às animais presentes em nós mesmos. (de Waal, 1999, p. 258)

As tentativas de apartar a humanidade de outros animais são, para ser generoso, frágeis. Já se tentou traçar divisórias com linguagem, política, cultura, moral, produção, ficando cada uma delas muito aquém do requisitado para que conclusiva, efetiva ou mesmo funcional de modo lato. Outros animais têm cada uma dessas habilidades, e aquilo que parece qualitativo entre elas não é senão quantitativo. Por exemplo, aqueles que defendiam uma distinção qualitativa entre a linguagem humana e “mera” comunicação entre não-humanos tinham por uma de suas joias evidenciais a sintaxe composicional, que lhes foi surrupiada a partir dos estudos com os macacos-de-campbell feitos pela equipe de Zuberbühler (por exemplo, Arnold & Zuberbühler, 2006), até a apuração da “primeira evidência de sintaxe combinatória e semântica em não-humanos”, encontrada, mais precisamente, em aves (Suzuki TN, Wheatcroft & Griesser, 2016, p. 1). Similarmente, aqueles que enxergavam o mesmo entre nossa cultura e as “meras” plasticidade fenotípica e aprendizado social têm de se ver com Rendell, L., & Whitehead.

É claro que nossa revisão da cultura em cetáceos dependerá fortemente da nossa ideia do que é cultura. Há pouco consenso sobre essa questão; o termo *cultura* é definido de maneiras sutilmente diferentes na literatura, algumas das quais listamos [no artigo]. Não incluímos definições que fazem da cultura um traço

Limites das ontologias da competição

Hugo Vedovato

exibido apenas por humanos. Essas foram consideradas por Mundinger (1980) em sua revisão da teoria cultural. Concordamos com ele em ambos os aspectos, isto é, que não há “evidências empíricas” que sustentem tal dicotomia cultural entre humanos e outros animais, e que conceitos mais gerais de cultura têm maior probabilidade de promover a compreensão. (Rendell, & Whitehead, 2001, p. 310)

Já os que alegam que outros animais têm uma “mera” organização de grupo qualitativamente distinta da política humana têm de se ver com de Waal:

Se seguirmos a famosa definição de Harold Lasswell de política como um processo social que determina “quem recebe o quê, quando e como”, dificilmente poderemos duvidar de que os chimpanzés participam dela. Como tanto nos humanos quanto em seus parentes mais próximos esse processo envolve blefe, coalizões e táticas de isolamento, uma terminologia comum é justificável. O título do meu livro enfatizou esse ponto. Embora vários cientistas políticos não tenham apresentado objeções, um deles sentiu a necessidade de demarcar os humanos como bastante diferentes. Como ocorre tantas vezes na história das comparações entre humanos e outros primatas, mudanças *ad hoc* foram feitas na definição de um fenômeno de modo a excluir os dados primatológicos. Em um simpósio sobre a aplicação da teoria política aos animais, Glendon Schubert propôs que o termo “política” fosse reservado para processos dentro de grupos de pelo menos cem indivíduos sem laços de parentesco. Isso obviamente excluía a maioria dos animais sociais, bem como muitas situações em que os próprios humanos jogam jogos de poder. (de Waal, 2000, p. XIV)

Quanto aos que juram reinar entre eles “mero” instinto e somente entre nós a moral:

Os animais [...] são seres sociais incrivelmente hábeis. Eles dependem de regras de conduta em suas brincadeiras, assim como os humanos, o que, por sua vez, ajuda a prepará-los para lidar com as intrincadas redes sociais que são essenciais para sua sobrevivência. Os autores concluem que não há um abismo moral entre humanos e outras espécies. Como o comportamento lúdico dos animais ajuda a deixar claro, a moralidade é um traço evoluído que os humanos inquestionavelmente compartilham com outros mamíferos sociais. (Bekoff, & Pierce, 2009, p. 452)

Também os que teimam que apenas a produção humana seria planejada, enquanto a dos demais animais seria “meramente” instintiva precisam responder aos estudos que demonstram o contrário, conduzidos com pássaros nidificadores (Breen, Guillette, & Healy, 2016), castores represadores (Larsen, Larsen, & Lane, 2021), chimpanzés e corvos ferramenteiros (respectivamente, Byrne, Sanz, & Morgan, 2013 e Bayern, Danel, Auersperg, Mioduszevska & Kacelnik, 2018), entre outros. Estes pretensos abismos qualitativos só se mantêm mediante acrobacias conceituais de muita firula e pouca substância, permanecendo sempre o quantitativo, o incrivelmente maior volume de micro-operações que realizamos

em cada um desses âmbitos que, de tão massivos, parecem ir dar em coisa outra – nunca efetivamente indo.

E aqui surge aquele que provavelmente seja um dos maiores motivos para que tais habilidades nos soem de interesse decisivo: porque as temos em relativa abundância, causando que nos tenhamos moldado em torno delas. Postos outros parâmetros de aferição, outros organismos serão obviamente muito mais sofisticados – e, para dar apenas um exemplo que nos atormenta, perdemos de muitos, muitos outros no quesito longevidade, e com larga desvantagem: as maiores longevidades conhecidas estão entre as esponjas do grupo hexactinellida, com estimativas que chegam a cerca de 15 000 anos; em seguida aparecem diversos corais anthozoa, cuja longevidade pode atingir até 4 000 anos; entre os vertebrados, destacam-se os tubarões-da-Groenlândia (*somniosus microcephalus*), com idade estimada próxima de 400 anos, seguidos por alguns peixes ósseos de águas profundas, como sebastes e *hoplostethus atlanticus*, que podem superar 200 anos; entre os tetrápodes, os répteis – especialmente tartarugas – e alguns mamíferos, notadamente as baleias-da-Groenlândia, alcançam cerca de 200 anos (cf. Popov & Vashurina, 2020).

Em contrapartida, nossas vantagens nos concedem possibilidade de domínio inelutável sobre outras espécies – a partir do qual similarmente passamos a nos moldar e atribuir a este domínio importância desproporcional, ilegitimamente astronômica. Não é difícil entender, então, o motivo de parecer a enorme parte da população humana que a tentativa de mando sobre e dominação do (assim chamado) alheio seja um regulador natural universal, ou mesmo o *télos* natural do cosmos. Que este móvel fosse o mais distado que nossa cognição pudesse cognizar, constituindo ao mesmo tempo o chão-de-fábrica e o firmamento da existência. Viver seria sinônimo de lutar e cada ser vivo seria um inimigo em potencial. Nossa civilização ladainhou esta crença por literalmente milênios – o suficientemente para crê-la mais que crença: fato. Segundo o agora credo-fato, a existência seria fundada sobre eternos movimentos agonísticos – também descritos como “dialéticos” – dela inextrincáveis, nela incontornáveis. Crê-se que, haja o que houver, nestes termos a existência se dará, nestes termos operará, ao menos de modo basal e/ou teleológico. Criamos, obviamente, um sem-número de raciocínios que provariam, por meios considerados doutos, que este pensamento estaria certo, inegáveis que sejam suas contraprovas. Agora, ainda que achar que contendas entre impulsos, jogos de forças entre vontades de poder sejam algo inextrincável da existência pareça arrazoado, asseverá-los tanto seu solo primeiro quanto fronteira última, não. Fazendo-o, há muito que sobra para se explicar, donde se criam mirabolantes hipóteses *ad hoc* que mesmerizam e nos lançam em expedientes infrutíferos. Na biologia, entre outros efeitos, isso leva à distorção das teorias darwiniana de aptidão; levou, no século XX, a

Limites das ontologias da competição

Hugo Vedovato

tentativas pifiamente patologizantes (agora felizmente ultrapassadas) de explicação da aloparentalidade interespecífica, fenômeno no qual indivíduos de uma espécie tomam outros de outra sob seus cuidados, não obstante seus benefícios – por exemplo, o crescimento acelerado das crias – já tenha sido seguramente documentado; levou ao neoliberal gene egoísta de Dawkins – como apontado por Nixon:

Podemos rastrear a poderosa dupla neoliberalismo-sociobiologia até o momento de ascensão do neoliberalismo na política anglo-americana, de onde se espalhou para outras sociedades e instituições globais. Em meados dos anos 1970, foram publicados, em rápida sucessão, dois grandes sucessos da sociobiologia: *Sociobiology: The New Synthesis* (1975), de E. O. Wilson, e *The Selfish Gene* (1976), de Richard Dawkins. Nesse mesmo período, os mais influentes teóricos neoliberais, Hayek e Milton Friedman, receberam o Prêmio Nobel de Economia, em 1974 e 1976, respectivamente. O ano de 1974 também viu a criação do influente Centre for Policy Studies – Thatcher e Sir Keith Joseph, um zeloso convertido às ideias de Hayek e Friedman, foram seus cofundadores. A criação do *think tank* e grupo de lobby antikeynesiano Adam Smith Institute veio em seguida, em 1976. Todos esses desenvolvimentos ajudaram a moldar o ambiente cultural que contribuiu para a ascensão de Thatcher ao poder em 1979 e de Reagan em 1980 [...]. Já na década de 1980, a filósofa feminista Mary Midgley questionava a aliança reacionária entre sociobiologia e neoliberalismo. Midgley considerava profundamente suspeita a tentativa da sociobiologia de naturalizar o capitalismo extremo. Ela descartava as visões de Dawkins sobre evolução como politicamente motivadas: “A ideologia que Dawkins está vendendo é a adoração da competição. Trata-se de projetar uma visão thatcherista da economia sobre a evolução. Não é uma visão científica imparcial; é um drama político.” De fato, ela via todo o campo da sociobiologia como corrompido por uma espécie de “thatcherismo biológico”. (Nixon, 2021, pp. 359-360)

Levou ao desprezo de muitos pelo já comprovado processo de simbiogênese – como nos lembra Carrapiço:

A simbiogênese, introduzida em 1909 pelo biólogo russo Constantin Mereschkowsky e definida como a origem de organismos pela combinação ou associação de dois ou mais seres que entram em simbiose, é um mecanismo evolutivo que permite uma ruptura conceptual coerente em relação a ideias evolucionistas do passado, mas simultaneamente constitui e constrói uma nova abordagem evolutiva da vida no nosso planeta. Neste âmbito, a simbiose é o veículo através do qual a aquisição de novos genomas e novas capacidades metabólicas e organizacionais ocorrem, tornando possível a construção evolutiva dos organismos. (Carrapiço, 2020, p. 219)

2. *Ad animal hominis*

Nos campos geopolítico e macroeconômico, este sistema de pensamento sociobiológico levou a abordagens catastróficas levou abordagens catastróficas. Por exemplo, um dos mais brilhantes pensadores das relações internacionais, John Mearsheimer vê como impraticável ultrapassarmos as disputas militares, econômicas e políticas entre nações.

O triste fato é que a política internacional sempre foi um negócio implacável e perigoso – e provavelmente continuará assim. Embora a intensidade dessa competição aumente e diminua ao longo do tempo, as grandes potências temem umas às outras e estão sempre competindo entre si por poder. O objetivo predominante de cada Estado é maximizar sua parcela de poder mundial, o que significa adquirir poder às custas de outros Estados. Mas as grandes potências não se esforçam apenas para serem as mais fortes entre todas; embora esse seja um resultado bem-vindo, não é o objetivo final. Seu objetivo último é ser a hegemona – isto é, a única grande potência no sistema. Não existem potências verdadeiramente “*status quo*” no sistema internacional, exceto o ocasional hegemona que deseja apenas manter sua posição dominante sobre possíveis rivais. As grandes potências raramente ficam satisfeitas com a distribuição atual de poder; ao contrário, enfrentam um incentivo constante para alterá-la em seu favor. Quase sempre têm intenções revisionistas e usarão a força para mudar o equilíbrio de poder se acreditarem que isso pode ser feito a um custo razoável. Em certos momentos, os custos e riscos de tentar modificar o equilíbrio de poder são grandes demais, forçando-as a esperar por circunstâncias mais favoráveis. Mas o desejo por mais poder não desaparece – a não ser que um Estado alcance o objetivo máximo da hegemonia. Como nenhum Estado provavelmente alcançará a hegemonia global, porém, o mundo está condenado a uma competição permanente entre grandes potências [...]. Em termos simples: grandes potências são predispostas à ofensiva [...]. Por que as grandes potências se comportam dessa maneira? [...]. De fato, a melhor garantia de sobrevivência é ser um hegemona, porque nenhum outro Estado pode representar ameaça séria a um poder tão formidável. (Mearsheimer, 2003, pp. 2-3)

O igualmente brilhante economista Jeffrey Sachs tende a discordar neste ponto. Para Sachs, a “tragédia da política de grandes poderes” (como a chama Mearsheimer, 2003) pode ser evitada, e reconciliações são possíveis. Em um debate realizado em setembro de 2024 (Mearsheimer & Sachs, 2024), no qual concordam em praticamente cada um dos diagnósticos que proferem, discordam apenas em seus prognósticos: “Meu argumento é que este é o jeito que o mundo funciona”, diz Mearsheimer. “Sim, eu sei, e é”, diz Sachs. “Mas se eu estou descrevendo como o mundo realmente funciona, como você ganha de mim?”. Ainda que na ocasião Sachs não tenha levado sua resposta nesta direção, a solução parece residir em sua proposição de que a cooperação é a melhor solução

para o dilema do prisioneiro – um modelo da teoria dos jogos, que por sua vez é uma disciplina híbrida unindo matemática, ciência militar e economia.

Formulado originalmente por Merrill Flood e Melvin Dresher no início da década de 1950, e posteriormente formalizado por Albert W. Tucker, o dilema do prisioneiro se tornou um dos modelos centrais da teoria dos jogos para ilustrar conflitos entre racionalidade individual e bem-estar coletivo. Na proposição clássica de Tucker, dois cúmplices são presos e interrogados separadamente, sem possibilidade de comunicação: cada um deve escolher entre cooperar (o que, na proposição, significa permanecer em silêncio) ou trair (delatar seu cúmplice). Se ambos cooperam, recebem penas moderadas; se um trai enquanto o outro coopera, o traidor é libertado e o cooperador recebe a pena máxima; se ambos traem, recebem penas pesadas, porém menores que a pena imposta ao cooperador explorado. A estrutura de incentivos leva cada prisioneiro, raciocinando individualmente, a concluir que trair é sua melhor estratégia, independentemente da escolha do outro, tornando a defecção (traição) a estratégia dominante. Contudo, quando ambos incorrem em defecção, acabam em um resultado inferior ao que teriam alcançado caso cooperassem mutuamente. Assim, o dilema do prisioneiro demonstra como, na ausência de mecanismos de confiança, comunicação ou garantia, atores racionais podem convergir para equilíbrios subótimos, oferecendo uma metáfora poderosa para fenômenos políticos, econômicos e sociais nos quais a busca racional de vantagem individual ameaça o bem coletivo.

Para Sachs, está claro que, neste modelo, a cooperação é uma estratégia superior à defecção.

O fato, porém, é que, se você coloca pessoas reais – não estudantes de economia, pessoas reais – em um experimento desse jogo, elas cooperam metade das vezes, três quartos das vezes. E então, maravilha das maravilhas, você permite que as duas pessoas conversem antes da jogada – não para fazer um acordo vinculante, apenas para conversar, tipo: “Ei, por que não cooperamos os dois?” Nenhum contrato assinado. Na Teoria dos Jogos, isso se chama *cheap talk*. Não deveria ter nenhum efeito sobre o equilíbrio. Mas, na prática humana real, se você coloca duas pessoas normais em um Dilema do Prisioneiro, elas cooperam metade das vezes. Se você permite comunicação prévia, elas cooperam mais de 90% das vezes. São seres humanos. Então, meu conselho é: ei, por que o presidente Biden – ou alguém que de fato consiga funcionar como presidente no futuro – não conversa realmente com o presidente Putin? Por que não entender de fato o ponto de vista de Putin? Por que essa guerra está acontecendo? Discuta isso. A cooperação poderia aumentar enormemente. Há um segundo ponto na Teoria dos Jogos que é muito importante, chamado Teorema Folk. Ele afirma que, se você está em jogos repetidos do Dilema do Prisioneiro e não há uma data terminal definida, então você deve cooperar. Por quê? Porque você não quer destruir a confiança entre os

Limites das ontologias da competição

Hugo Vedovato

dois lados. Você também está jogando contra ações futuras, e quer mostrar que é confiável e que pode ganhar com a cooperação período após período. Essa é outra forma de sustentar um bom resultado em um Dilema do Prisioneiro. Eu vejo a teoria das relações internacionais, a teoria realista, essencialmente como sendo o Dilema do Prisioneiro – ou o Dilema Hobbesiano – dos Estados nacionais em um ambiente anárquico. Meu argumento é: não é tão anárquico assim. Não é tão ameaçador assim. A única ameaça real é a guerra nuclear – então mantenham-se longe disso. Essa é a linha vermelha para todos nós. Cooperar não é tão difícil assim. (Sachs, 2025)

Em um artigo coautorado com Oudiz, ele exemplifica com pormenores indisputavelmente práticos de que forma isso faz notar em transações macroeconômicas.

Vamos considerar esses três pontos, um de cada vez. No jogo estático, a formulação não coordenada de políticas macroeconômicas é tipicamente ineficiente devido a um dilema do prisioneiro nas escolhas de política. Considere, por exemplo, dois países que tentam se mover de maneira ótima ao longo de curvas de Phillips de curto prazo. Pode ocorrer que cada país escolha políticas contracionistas independentemente da opção do outro, embora o par de políticas (expandir, expandir) seja melhor para ambos do que o equilíbrio não cooperativo (contrair, contrair). Como mostramos em nosso estudo anterior, essa situação surge naturalmente sob taxas de câmbio flexíveis, pois ao contrair enquanto o outro país expande, um país pode apreciar sua moeda e exportar parte de sua inflação para o exterior. É essa ação de tipo empobrecer-o-vizinho que dá origem ao dilema do prisioneiro. A cooperação, por exemplo na forma de um compromisso internacional vinculante para expandir, pode ser útil para levar os países ao equilíbrio eficiente. (Oudiz & Sachs, 1985, pp. 274-275)

Alhures ele responde mais diretamente à teoria realista, da qual Mearsheimer provavelmente seja o mais importante proponente da atualidade:

A teoria da Competição Hegemônica falha porque prevê conflito, e não soluções para problemas. Trata-se, na melhor das hipóteses, de uma explicação da turbulência global, mas não de uma estratégia para a paz, a segurança ou a resolução de problemas globais. É uma predição de crise. É crucial lembrar que tanto Esparta quanto Atenas sofreram com as Guerras do Peloponeso. A abordagem Realista é muito mais precisa, prática e útil do que as teorias hegemônicas. Contudo, ela também apresenta três grandes fragilidades. Primeiro, embora proponha um equilíbrio de poder como meio para manter a paz, não existe um equilíbrio de poder permanente; equilíbrios passados rapidamente tornam-se desequilíbrios presentes. Segundo, assim como a teoria dos jogos que fundamenta o Realismo, tanto a teoria dos jogos quanto o próprio Realismo subestimam o potencial de cooperação na prática. Na abordagem Realista, assume-se que a não cooperação entre as nações é o único resultado viável da geopolítica, já que não há uma autoridade superior capaz de impor a cooperação. No entanto, tanto em

experimentos de teoria dos jogos quanto na geopolítica prática, há muito mais espaço para cooperação bem-sucedida (por exemplo, no jogo experimental do Dilema do Prisioneiro) do que a teoria prevê. Esse ponto tem sido enfatizado há décadas por Robert Keohane e também foi destacado pelo falecido John Ruggie. (Sachs, 2023)

Vale notar, Sachs não está sozinho, dado haver vários trabalhos que indicam sua posição como muitíssimo plausível (Trivers, 1971; Axelrod & Hamilton, 1981; Nowak & May, 1992; Press, & Dyson, 2012; Niu, Li & Wang, 2023; Glynatsi, Knight & Harper, 2024; Ma & Zhao, 2024; Svoboda & Chatterjee, 2024; He, Shen, Shi & Tanimoto, 2024). Dentre esses, o de Axelrod e Hamilton são de pungência especial para os argumentos apresentados aqui:

A cooperação entre organismos, sejam bactérias ou primatas, tem sido um problema para a teoria evolutiva desde Darwin. Partindo do pressuposto de que as interações entre pares de indivíduos ocorrem de forma probabilística, desenvolve-se um modelo baseado no conceito de estratégia evolutivamente estável, no contexto do jogo do Dilema do Prisioneiro. As deduções derivadas do modelo, bem como os resultados de um torneio computacional, mostram como a cooperação baseada na reciprocidade pode surgir em um mundo inicialmente não social, prosperar ao interagir com uma ampla variedade de outras estratégias e resistir a invasões uma vez plenamente estabelecida. Aplicações potenciais incluem aspectos específicos de territorialidade, acasalamento e doenças. (Axelrod & Hamilton, 1981, p. 1391)

3. *Ad maturum*

Isso dito, voltemo-nos à pergunta de Mearsheimer, que demanda uma resposta sobremaneira filosófica. O que pode ser adicionado à resposta de Sachs é, primeiro, um desenvolvimento do porquê de sua solução, e aqui chegamos a uma indicação do que “humanidade” ainda possa significar em oposição a outras espécies animais, falando filosoficamente. Dado o colapso da metafísica, e por isso de qualquer pretensão de fixidez essencial objetiva, junto das quais igualmente parece qualquer pretensão de “essência” da humanidade, essa resta como mais um dos nichos existenciais, que, como qualquer outro, compreende um conjunto de impulsos, interesses, e não há dispositivo que reúna em si mais elementos de seu interesse, nem que melhor deflagre conjunturas favoráveis a tais impulsos do que outros seres vivos – isso não se restringindo aos espécimes de sua espécie. Segundo, também se pode adicionar à abordagem de Sachs os meios pelo qual se aporta esta sua abordagem – o provavelmente mais destacado deles, a saber: um salto de entendimento possibilitado por maior maturidade epistemológica.

Bem próxima de vã é a esperança de que mentes por demais ensimesmadas, das quais a capacidade cognitiva tem de ser muito majoritariamente consumida

com autocuidado possam expedir parcela significativa dessa capacidade com outras mentes. Com efeito, estando-se assim atribulado consigo não se pode sequer se as perceber de forma apropriada para fazê-lo. O que se percebe nelas é apenas algo que não se procura, desinteressante, e portanto não se dá chance a análises que deixariam claro ser precisamente o caso contrário, dado que tais mentes são o que dariam vazão, fomento e empuxo a seus impulsos mais caros, saiba-se disso ou não. Com efeito, sem o estímulo e auxílio de tais mentes, a vazão e saciamento de tais impulsos beira o impraticável. O fomento e a cura do alheio lhe são árduos *demais* pois exigem *demais* de seu intelecto, de seu poder de processamento, ambos sempre atarefados *demais* consigo. Além do que, a mente epistemologicamente imatura os abjura por não conseguir operar a conta óbvia e simples de que o “árduo” trabalho compreende uma série apenas aparentemente complexa de gestos e feitos que acabam por exigir muito menos dispêndio físico, mental e social do que seus rompantes imediatistas, com resultados qualitativamente muitíssimo superiores. Some-se a isso o imediatismo inerente a uma tal imaturidade, e tem-se uma receita para o desastre. Para meditar sobre apenas um exemplo próximo das demais discussões levantadas aqui, examine-se nestes termos as diferenças entre a exploração de outros seres (de sua própria ou outras espécies) para, entre outros motivos, ganho financeiro – provocando o fenecimento destas populações que, do contrário, contribuiriam para uma população geral de seres vivos mais fecunda e que por isso seria mais benéfica aos intentos mais sofisticados daqueles que imaturamente os exploram, ainda que estes últimos estejam desapercibidos disso –, e contraste-se esta dinâmica com a de formas cooperativas e mutuamente edificantes de investimento e partilha, cuja demora aparente é largamente compensada não somente por resultados estruturalmente mais potentes e duradouros, mas que saciaram tais (muitas vezes inconscientes) impulsos e desejos.

Ademais, aceitar que se possui impulsos menos sofisticados do que aqueles desenvolvidos por outros espécimes de nossa espécie e de outra implica em aceitar que poderia ser proveitoso mudar de direcionamento – para outros divergentes, por exemplo daquele ao qual nos forçamos em função daquelas qualidades aperfeiçoadas e calibradas para a dominação, que, em relação a outros animais, hipertrofiamos – o que, além de abdicação não só dos interesses que se divisa concrecionados em tal direção, mas também daquilo em que se moldou para tal empresa, exige um grau de controle, destreza e força para tal mudança de rota. Novamente: é exigir demais do imaturo. Boa ventura, os delírios metafísicos epistemologicamente tão ingênuos nos quais se encontra enredada a maioria esmagadora de espécimes de nossa civilização são, para muitos que têm a chance de refletir sobre tais assuntos, coisa recuada, indiscutivelmente caquética. O essencialismo já superado *de jure* pode agora começar a ser

implementado *de facto*. Não apenas podemos demonstrar não haver óbice real entre os animais, nós inclusos, como a refundação do significado filosófico de humanidade nos entrega entre vários novos expedientes, aquele que move o esforço ora escrito: o fim da opressão animal e a fomento de seu bem-estar, primeiro e muitíssimo mais importante porque isso está no interesse deles, mas também porque é do nosso interesse *precisamente por ser do interesse deles*.

Se nos sentimos emocionalmente afetados pelo comportamento de um animal, é uma indicação clara de que descobrimos intuitivamente uma semelhança entre o seu comportamento e o comportamento humano. Não devemos ocultar esta descrição. (Lorenz, Martys & Tipler, 199, pp. 260-261)

4. Conclusão

O ponto central é que o antropomorfismo nem sempre é tão problemático quanto se costuma pensar. Criticá-lo em nome da objetividade científica frequentemente oculta um modo de pensar pré-darwiniano, desconfortável com a ideia de que humanos são animais. Quando consideramos espécies como os grandes símios, apropriadamente conhecidos como “antropoides” (semelhantes aos humanos), porém, o antropomorfismo é de fato uma escolha lógica. Chamar o beijo de um símio de “contato boca a boca” apenas para evitar o antropomorfismo obscurece deliberadamente o significado do comportamento. Seria como atribuir à gravidade da Terra um nome diferente da gravidade da Lua, apenas porque pensamos que a Terra é especial. Barreiras linguísticas injustificadas fragmentam a unidade com que a natureza se nos apresenta. Símios e humanos não tiveram tempo suficiente para evoluir independentemente comportamentos notavelmente similares, como o contato labial em saudações ou a respiração ruidosa em resposta ao cócegas. Nossa terminologia deveria honrar as conexões evolutivas evidentes. (de Waal, 2016, p. 26)

A esta altura, torna-se patente que a separação entre humanos e não-humanos – essa fronteira continuamente reafirmada, ainda que epistemologicamente insustentável – cumpre também uma função econômica decisiva. Ao reduzir o outro animal a “mera” máquina instintiva, tornamo-lo perfeitamente convertível em recurso, insumo, capital. A desqualificação ontológica é, simultaneamente, qualificação econômica: ao despossuí-los de interioridade, transformamo-los em matéria disponível. Toda a operação de inferiorização intelectual e moral tem como correlato uma operação de comoditização – só o que é menor pode ser mercadoria sem fricção.

Esse mecanismo, frequentemente descrito como se fosse uma contingência histórica, opera na verdade como infraestrutura psíquico-econômica de nossa civilização. A desumanização dos não-humanos é uma pré-condição para que uma economia fundada na maximização de curto prazo possa se sustentar sem entrar imediatamente em colapso moral. E tal como ocorre no plano

intraespecífico, essa disposição para instrumentalizar o outro é depois projetada como se fosse a “natureza do mercado”, como se fosse uma característica do cosmos econômico mesmo. A narrativa da competição absoluta – tão cara aos neoliberais quanto aos realistas – funciona, aqui, como uma espécie de absolvição metafísica: “não exploramos porque queremos; exploramos porque é assim que a existência é”.

Essa mesma lógica reaparece no realismo político e, de modo ainda mais transparente em sua tradução para a teoria dos jogos: “eles fariam o mesmo conosco se pudessem”, que é a versão cotidiana da racionalização econômica “se eu não capturar esse valor, alguém o fará. Logo, devo fazê-lo primeiro”. No nível macro, o argumento se transmuta em “se eu não buscar hegemonia, serei dominado. Logo, maximizar poder é racional”. No micro, “se eu não explorar essa cadeia produtiva, outro concorrente o fará. Logo, explorar é racional”.

Em ambos os casos, a estrutura profunda é idêntica: a crença de que qualquer ganho do outro compromete necessariamente o meu próprio – mecanismo que, como demonstram os modelos macroeconômicos inspirados no dilema do prisioneiro, conduz sistematicamente a equilíbrios subótimos, dominados por estratégias de curto prazo e avessos ao bem-estar geral. Não é coincidência que políticas empobreça-seu-vizinho – equivalentes geopolíticas da exploração predatória – encontrem seu espelho na exploração industrial dos animais: ambos os regimes operam sobre a mesma ontologia da escassez artificial.

Pois a escassez, em todas essas formulações, não é um dado natural, mas uma construção. A crença de que “não há o suficiente”, de que o ganho de um é prejuízo de outro, de que é preciso maximizar agora porque o futuro é uma ameaça, produz precisamente o tipo de economia que a confirma, profecia autorrealizável. A pecuária industrial, por exemplo, só é possível porque a interioridade animal é negada; e, no entanto, essa mesma pecuária participa massivamente na destruição ambiental que, por sua vez, retroalimenta narrativas de escassez, as quais voltam a justificar sua intensificação. Forma-se, assim, um ciclo vicioso “ontológico”-econômico: negamos o valor do outro para explorá-lo; exploramos para responder a uma escassez que criamos; e a escassez, criada, serve para justificar nova negação.

No plano das relações internacionais, algo análogo ocorre. A crença de que o sistema internacional é “anárquico”, portanto competitivo, alimenta políticas que efetivamente tornam o sistema mais competitivo – corrida armamentista, extração predatória de recursos, bloqueios que desestabilizam economias inteiras. A economia da desconfiança gera mais desconfiança; a política da antecipação agressiva gera mais agressão. E isso porque, assim como na

exploração animal, parte-se de uma premissa psicologicamente confortável: “se não fizermos, eles farão; se não dominarmos, seremos dominados”. A simetria é tão direta que se pode arriscar uma hipótese: a economia política moderna é a “antroponegação” tornada sistema. O mesmo movimento de negar ao animal capacidades que de fato possui (planejamento, cooperação, emoção, cultura) reaparece quando se nega à outra nação, ao outro povo, ao outro bloco geopolítico, a capacidade de agir cooperativamente. A recusa em admitir complexidade no outro é, por sua vez, justificativa para tratá-lo como simples variável instrumental. E o ciclo de exploração, tanto no micro (cadeias produtivas) quanto no macro (geopolítica), depende precisamente dessa recusa.

Daí o fascínio persistente pelo discurso do “instinto competitivo”, que naturaliza o que é apenas contingência histórica, oferecendo à economia e à política a aura de inevitabilidade que outrora era função da metafísica. A crença neoliberal de que os agentes sempre maximizam utilidade individual repete, *mutatis mutandis*, o erro de atribuir ao animal apenas impulsos imediatos. Ambos são reduções convenientes, que tornam moralmente confortável explorar aquilo que se declarou inferior ou mecanizado. Quando se observa a abundância de evidências contrárias (cooperação espontânea em dilemas econômicos, estratégias evolutivamente estáveis de reciprocidade, coordenações macroeconômicas mutuamente benéficas, culturas animais, moralidade lúdica, cuidados interespecíficos), o quadro que emerge não é o de um mundo naturalmente competitivo com ilhas de colaboração, mas o oposto: a competição extrema é que é a anomalia, e só se mantém mediante estruturas ideológicas que a encenam como inevitável.

Esse ponto é crucial. A economia de exploração animal não é apenas uma prática, mas um laboratório cotidiano no qual os humanos se acostumam a uma ontologia da assimetria. Ela funciona como educação afetiva para o realismo político: quem se acostumou, desde cedo, a pensar animais como meios também tenderá a pensar povos, economias e nações como meios. O aprendizado de que o outro não sofre, não pensa, não planeja, ou não merece consideração é formação psíquica posteriormente generalizada. A “racionalidade econômica” moderna é tributária, em grande medida, dessa ontologia da inferiorização. Sem ela, o arcabouço atual simplesmente se tornaria eticamente insustentável. Mas esse modelo, como argumentam Sachs e tantos outros, não é só moralmente falho como também economicamente ineficiente. As melhores estratégias, tanto nos jogos repetidos quanto nas economias interdependentes, são estratégias cooperativas: confiança, comunicação, previsibilidade, pactuação, reciprocidade. O mercado, quando visto em perspectiva evolutiva mais ampla – incluindo cooperatividades interespecíficas e simbiogênicas –, torna-se algo diferente do

laboratório de agressões que tantos supõem que ele seja. A própria natureza refuta a economia que pretende se inspirar nela.

Assim, ao final, a dissolução da fronteira ontológica entre humanos e não-humanos não é apenas um movimento ético ou epistemológico, mas também um movimento econômico. Reconhecendo continuidade onde antes víamos abismos nos impede não apenas de racionalizar a exploração, além de revelar a exploração sendo tão degradante quanto irracional. Longe de ser virtude moral rara ou exceção frágil, a cooperação é a estratégia dominante em ecossistemas robustos, inclusive nas simbioses que produziram o próprio arcabouço evolutivo dentro do qual humanos surgiram. Por isso, o gesto filosófico de abandonar a ficção da superioridade absoluta humana tem efeitos político-econômicos mediatos: ao reconhecer que o outro não é um inimigo natural, desfaz-se o pressuposto que sustenta tanto as práticas de exploração industrial quanto os programas geopolíticos de antagonismo perpétuo. E tanto no mercado quanto nas relações internacionais, a liberação desse pressuposto abre espaço para aquilo que o curto prazo e a imaturidade epistemológica sempre impedem: estratégias duradouras, mutuamente benéficas e estruturalmente mais eficientes. Se há um “privilégio humano”, não é o domínio sobre os outros, mas a capacidade – ainda que raramente exercida – de reconhecer que tal domínio não possui fundamento ontológico. E, ao reconhecer isso, reconfigurar a própria economia como prática de coexistência, e não de subjugação.

Bibliografia

- Arnold, K., & Zuberbühler, K. (2006). “Semantic combinations in primate calls”. *Nature*, 441(7091), 303-303.
- Axelrod, R., & Hamilton, W. D. (1981). “The evolution of cooperation”. *Science*, 211(4489), 1390-1396.
- Bayern, A. V., Danel, S., Auersperg, A. M. I., Mioduszewska, B., & Kacelnik, A. (2018). “Compound tool construction by New Caledonian crows”. *Scientific reports*, 8(1), 15676.
- Bekoff, M., & Pierce, J. (2009). “Wild Justice-Honor and Fairness among Beasts at Play”. *American Journal of Play*, 1(4), 451-475.
- Breen, A. J., Guillette, L. M., & Healy, S. D. (2016). “What can nest-building birds teach us?”. *Comparative Cognition & Behavior Reviews*.
- Byrne, R. W., Sanz, C. M., & Morgan, D. B. (2013). “Chimpanzees plan their tool use”. *Tool use in animals*, 48-64.
- Carrapiço, F. (2020). “O que é simbiogénese? A vertente marginalizada da abordagem evolutiva”. *Revista Helius Sobral*, v. 3, n. 2 (fasc. 1), pp. 219–246.

- De Waal, F. (2016). *Are we smart enough to know how smart animals are?*. WW Norton & Company.
- De Waal, F. B. (1999). "Anthropomorphism and anthropodenial: consistency in our thinking about humans and other animals". *Philosophical topics*, 27(1), 255-280.
- De Waal, F (2000). "Chimpanzee politics – revised edition. Preface", p. XIV The John Hopkins University Press. Baltimore, USA.
- Glynatsi, N. E., Knight, V., & Harper, M. (2024). "Properties of winning Iterated Prisoner's Dilemma strategies". *PLOS Computational Biology*, 20(12), e1012644.
- He, Z., Shen, C., Shi, L., & Tanimoto, J. (2024). "Impact of committed minorities: Unveiling critical mass of cooperation in the iterated prisoner's dilemma game". *Physical Review Research*, 6(1), 013062.
- Larsen, A., Larsen, J. R., & Lane, S. N. (2021). "Dam builders and their works: Beaver influences on the structure and function of river corridor hydrology, geomorphology, biogeochemistry and ecosystems". *Earth-Science Reviews*, 218, 103623.
- Lorenz, K., Martys, M., & Tipler, A. (1991). *Here am I: where are you?: the behavior of the greylag goose*. Harcourt.
- Ma, J., & Zhao, H. (2024). "Cooperation dynamics of reputation-based manhattan distance social circle in spatial prisoner's dilemma game in evolutionary game theory". *Chaos, Solitons & Fractals*, 189, 115688.
- Mearsheimer, J. & Sachs, J. (2024) *Deep State, Hegemony & U.S. Foreign Policy: John Mearsheimer vs. Jeffrey Sachs | All-In Summit*. All-In Podcast, YouTube. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=uvFtyDy_Bt0&t=2560s. Acessado em 15 de novembro de 2025.
- Mearsheimer, J. (2003). *The tragedy of great power politics (Updated edition)*. WW Norton & Company.
- Niu, H., Li, K., & Wang, J. (2023). "Paid Access to Information Promotes the Emergence of Cooperation in the Spatial Prisoner's Dilemma". *Mathematics*, 11(4), 894.
- Nixon, R. (2021). "The less selfish gene: Forest altruism, neoliberalism, and the tree of life". *Environmental Humanities*, 13(2), 348-371.
- Nowak, M. A., & May, R. M. (1992). "Evolutionary games and spatial chaos". *Nature*, 359 (6398), 826-829.

Limites das ontologias da competição

Hugo Vedovato

- Oudiz, G., & Sachs, J. (1985). "International policy coordination in dynamic macroeconomic models". In *International economic policy coordination* (pp. 274-330). Cambridge University Press.
- Popov, I. Y., & Vashurina, M. A. (2020). "Diversity of life spans across the animal world". *Успехи геронтологии*, 33(2).
- Press, W. H., & Dyson, F. J. (2012). "Iterated Prisoner's Dilemma contains strategies that dominate any evolutionary opponent". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 109(26), 10409-10413.
- Rendell, L., & Whitehead, H. (2001). "Culture in whales and dolphins". *Behavioral and brain sciences*, 24(2), 309-324.
- Sachs, J. (2025). Professor Jeffrey Sachs + Q&A at Cambridge Union | Transcript. Scraps from the lot. Disponível em <https://scrapsfromtheloft.com/opinions/professor-jeffrey-sachs-qa-at-cambridge-union-transcript>. Acessado em 16 de novembro de 2025.
- Sachs, J. (2023) "The New Geopolitics". Horizons Winter 2023 / Issue No.22. Center for International Relations and Sustainable Development (CIRSD). Disponível em: <https://www.cirsd.org/en/horizons/horizons-winter-2023--issue-no22/the-new-geopolitics>. Acessado em 16 de novembro de 2025.
- Suzuki, T. N., Wheatcroft, D., & Griesser, M. (2016). "Experimental evidence for compositional syntax in bird calls". *Nat Commun* 7: 10986.
- Svoboda, J., & Chatterjee, K. (2024). "Density amplifiers of cooperation for spatial games". *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 121(50), e2405605121.
- Trivers, R. L. (1971). "The evolution of reciprocal altruism". *The Quarterly review of biology*, 46(1), 35-57.

HUGO VEDOVATO

Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo, doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo. Membro dos grupos de pesquisa Modernidade e História Cultural (UNIFESP), Crítica e Modernidade – CRIM (UNICAMP) Internationale Nietzscheforschungsgruppe Stuttgart (Universität Stuttgart), Rede Iberoamericana de Estudos Nietzsche (RIEN), Friedrich Nietzsche Society (FNS), e do conselho editorial da Revista Guarú (UNIFESP).